
3 1761 06562005 6

ALEXANDRE HERCULANO, ANTONIO CAETANO PEREIRA

E A

BATALHA DE OURIQUE

ESTUDO CRITICO

POR

DAVID LOPES



LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1900

Ao seu amigo

Dias Coelho

Off.

David Lopes

ALEXANDRE HERCULANO, ANTONIO CAETANO PEREIRA

E A

BATALHA DE OURIQUE

ESTUDO CRITICO,

POR

DAVID LOPES



LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1900

Extrahido do Boletim da Sociedade de Geographia n.º 5 de 1898–1899

ALEXANDRE HERCULANO, ANTONIO CAETANO PEREIRA E A BATALHA DE OURIQUE

Quando, em 1846, saiu o volume I da *Historia de Portugal,* de Alexandre Herculano, as affirmações do seu auctor, acêrca da batalha de Ourique, despertaram grande celeuma. Para muitos a historia são historias; para esses a boa critica não tem direitos, e o que por muito tempo se acreditou não pode ser de outro modo. A batalha de Ourique fôra uma grande batalha e a pedra angular da patria portuguesa. Tinha Portugal tambem a sua poesia no berço: não foi assim a origem de povos illustres na historia? Não era, pois, uma impertinencia vir affirmar que isso era uma lenda? E como a religião a considerava obra sua, o homem que assim se atrevia a rasgar o véo do mysterio foi tido por um impio, e os amantes das glorias nacionaes não puderam tolerar tal desinvoltura.

Impio e falto de patriotismo: d'isso foi accusado Herculano. Não fallaremos da campanha clerical levantada contra elle; respondeu-lhe no *Eu e o clero, Considerações pacificas, Solemnia verba;* nem tanto ella merecia, porque eram tudo palavras vãs, rhetorica vazia. Um seu oppositor houve comtudo que parecia dever ter mais credito. Fallava, dizia, com documentos na mão, elementos de critica que Herculano não conhecera, nem podia conhecer: esse contradictor foi Antonio Caetano Pereira, arabista e socio correspondente da Academia das Sciencias, de Lisboa.

I

Tem quasi cincoenta annos esta questão entre Herculano e Antonio Caetano Pereira. Parecerá talvez inutil levantá-la agora ou nunca. Muito poucos a conhecerão, e para a maioria poderá passar por uma puerilidade. Ver-se-ha, pelo que havemos de expor, que o não é. Ha uma questão de justiça a derimir, e dar razão a quem a tem, porque quem posteriormente a estudou ficou sem saber o que pensar d'ella; só um arabista, e nas condições especiaes em que nos achámos, poderá dizer o que ha de verdadeiro no que se disse. Essa indecisão, cremos, ha-de desapparecer do espirito d'aquelles que desapaixonadamente nos

lerem. Nenhumas razões especiaes, isto é, pessoaes, nos moveram a esta decisão, nem queremos offender a memoria do professor de Oratoria e Poetica do lyceu de Lisboa, o qual não conhecemos, nem pessoa directa da sua familia, e contra a qual nada temos por consequencia.

Tambem nada podemos accrescentar ao facto historico, como elle é conhecido[1]; os estudos historicos d'estes ultimos cincoenta annos, quer nas fontes arabes, quer nas fontes christãs, não lhe fizeram dar um só passo; e por esse lado pois parece infundado o nosso procedimento. Comtudo, razões ponderosas nos obrigam a intervir, e a dizer a nossa opinião a este respeito. A justiça e a verdade acima de tudo. Antonio Caetano Pereira attacou sem razão Herculano e tem de soffrer-lhe as consequencias. Que Antonio Caetano Pereira se defendesse d'este modo, admittia-se; mas que elle sentisse a necessidade de o vir publicamente atacar com taes argumentos, é processo de critica que não se desculpa. Valendo-se de uma pretendida vantagem, saber arabe, lançou falsamente no espirito publico um labéo de suspeição sobre um nome como o de H. Todas as censuras que se façam a um procedimento tal são bem merecidas. Queremos crer que o fizesse por estar convencido de que ia prestar um serviço, e que a razão estava do seu lado; é a unica desculpa que lhe achamos, porque tudo o mais lhe é completamente desfavoravel.

Varias outras razões temos para assim proceder; e são as que nos fazem crer que os argumentos de A. C. P. não foram de todo julgados

---

[1] Borges de Figueiredo pretendeu demonstrar que a batalha de Ourique deve ter sido, não no campo d'este nome, no baixo Alemtejo, mas junto de Lisboa, no sitio do mesmo nome, hoje encorporado na cidade. Não se comprehende na verdade a expedição de Affonso Henriques tão longe do seu país, e estando a linha do Tejo, com Lisboa e Santarem, ainda em poder do inimigo. O nosso primeiro rei, que avançava sempre tão prudentemente e de fito feito, seria capaz de, cegamente e sem objectivo (não nos apparece claramente, se o houve), se introduzir assim tão fundamente no país inimigo? É talvez uma injuria ao seu talento militar, querer que fosse até Ourique, só porque velhos chronistas, amantes do maravilhoso, o fizeram ir até tão longe. Ainda se fosse contra uma cidade ou fortaleza importante dos muçulmanos, comprehendia-se; mas a batalha dá-se num descampado: e que inimigo poderia elle encontrar em taes alturas? Seria gente de Silves? Duvidamos, porque não seria sufficiente para vir apresentar batalha ao nosso rei, e d'outra parte não cremos que pudesse ser. A Hespanha muçulmana desguarnecia-se para acudir á luta que se travava em Marrocos contra os Almóhadas nascentes; e não era numa incursão rapida de Affonso Henriques que os muçulmanos poderiam juntar-se para lhe embargar os passos. Inclinamo-nos pois para a these de Borges de Figueiredo, como mais natural do que a acceite até hoje, sem outra base que não fosse a do nome. Cf. B. de Figueiredo, «Onde foi a batalha de Ourique?», na *Revista Archeologica*, III, 67-79.

infundados. O proprio H., depois de dizer que não havia nos escriptores arabes nenhum vestigio da batalha de Ourique, perante o testemunho, apresentado por A. C. P., de um escriptor muçulmano do seculo XVII, em que se falla de Affonso Henriques, acceita que assim possa ser, contestando só que possa prevalecer tal auctoridade, tão recente, em contrario de outras que são coevas ou quasi coevas.

Tambem Pinheiro Chagas parece acreditar nos argumentos de A. C. P. «Assevera, pois, A. Herculano que por esta epoca se travara renhida a luta entre os Almohades nascentes e os Almoravides expirantes, e que nesse mesmo anno de 1139 tinham estes ultimos feito passar de Hespanha á Africa a maior parte das forças disponiveis. É-lhe esta data contestada. Não insistiremos por conseguinte no argumento»[1]. É de crer que outros nomes houvesse a accrescentar a este, mas a pouca cultura que os estudos da nossa historia teem não deve fazer estranhar que não abundem.

Comtudo num plano muito inferior temos a confirmação d'isto. No concurso de livros de historia para a instrucção primaria elementar, em trinta volumezinhos que se apresentaram, oito (alguns com muitas edições) contam ainda a batalha de Ourique com todas as minucias dos nossos chronistas ecclesiasticos: o numeros dos portugueses (100:000) e dos muçulmanos (400:000), o numero de estandartes tomados ao inimigo (4), o numero de reis muçulmanos que tomaram parte na luta (4: os de Badajoz, Evora, Elvas e Beja), e por fim a intercessão do proprio Deus, que deu a victoria aos portugueses[2]. É inutil dizer que tudo isto são puras invenções; e desnecessario é tambem dizer que a Hespanha muçulmana estava unificada naquelle tempo, e por consequencia que os taes reis de Badajoz, Elvas, Evora e Beja não existiam[3].

Apesar de tudo isto não viriamos a publico neste momento, se razões especiaes nos não justificassem. Vimos os manuscriptos de A. C. P. que serviram para a sua questão com H., e vimos que as suas affirmações eram tão contrarias ao que ahi se dizia, que entendemos dever apresentar a nossa opinião a esse respeito. Por inter-

---

[1] M. Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, I, 56.

[2] Sabemos bem estes factos porque fomos nós o relator do parecer d'esses livros.

[3] Em territorio português nunca houve os reinos de Elvas, Evora ou Beja: apenas os de Mertola, Silves e Faro, todos de ephemera existencia, e o de Badajoz, com os territorios de Elvas e Evora, mais duradouro. Contudo na epoca de que se trata não existia nenhum d'elles.

medio de um amigo, conseguimos que o seu possuidor[1] no-los mostrasse. Não diremos todas as circumstancias em que nos foram facultados, porque pouco bem teriamos que dizer. O nosso exame não pôde ser completo; só na presença do seu dono nos foi possivel vê-los, e por pouco tempo; por isso a nossa critica só incidirá principalmente sobre o que pudemos apurar[2].

Damos em seguida a lista d'elles, tal qual a copiámos de um papel manuscripto. Devemos declarar que não sabemos se existem ainda todos elles, porque só vimos aquelles de que fallaremos em especial; os outros foram-nos negados[3]. Eis essa lista ou nota:

«1. Hamed-El-Nabil, *Viagem do embaixador de Marrocos a Felippe III, de Castella;*

2. Moslema Ben Ahmed Ben Casem Ben Abdalla, *Litteratorum societas;*

3. Mohammed Ben Abi, *Noticias dos Reis do occidente e fundação de Fez;*

4. Abu Mohammed Salihu Ben Abd Alihime, *Historia genealogica dos Imperadores Musulmanos;*

5. Abu Raiam Mohammed Ben Hamed Albiruni, *Tratado de Astronomia;*

6. Mais quatro authographos encadernados genuinamente e considerados tão preciosos como os já citados, cujos titulos e indicações se ignora;

7. Duas grammaticas e um diccionario;

8. Cartas escriptas e traduzidas em Tanger (arabe e português) por Fr. José de Santo Antonio Moura;

9. Mais alguns mss. e trabalhos que se não podem classificar, e uma excellente collecção de diccionarios orientalistas e o que ha de melhor impresso a respeito das linguas orientaes».

---

[1] O sr. Camellier, ha pouco fallecido.

[2] Corre na familia uma lenda acêrca do valor d'esses mss. que não pode ter base verdadeira. Parece que um ricaço hespanhol viera de proposito a Lisboa para os comprar, e que offerecera trinta contos por elles; mas a verdade é que elles (os que vimos) não valem, talvez, cincoenta mil réis.

[3] Esses mss. parecem ser muitos mais, segundo nos disseram. A. C. P. disse-nos o seu numero: 23 (*Actas* da Academia, 1850, II, n.º 1, p. 6); ou «perto de 30» (*Commentario critico*, p. 38). Estes mss. devem ter pertencido todos a Fr. M. R. da Silva, que esteve muitos annos em Marrocos. Do de Ahmede Annabil se diz no principio que foi offerecido pelo ministro Seláuia áquelle, e por elle ao seu discipulo A. C. P.

II

Entremos agora completamente na questão. No volume I da sua *Historia de Portugal,* Herculano dissera que a batalha de Ourique fôra sem importancia politica para mouros e christãos[1], apenas um simples fossado ou correria, como aquelles que communmente se faziam alem fronteira por qualquer dos dois inimigos em luta constante. As relações christãs coevas, ou quasi coevas, no seu laconismo de ephemerides, nada mais deixavam presumir, e nos escriptores arabes nem mesmo se encontrava referencia ou vestigio de tal acontecimento. Taes affirmações foram naturalmente ferir as susceptibilidades dos que criam piamente na origem poetica e religiosa da monarchia portuguesa, e, como dissemos já, quem mais digno de nota se tornou foi A. C. P. Este, na sua qualidade de arabista, pretendeu demonstrar que a batalha fôra importante e de consequencias terriveis para o dominio muçulmano na Peninsula, e que nos historiadores arabes havia varias referencias a ella.

A. C. P. publicou tres brochuras sobre o assumpto. A primeira é de 1851, e o seu titulo é bem suggestivo: *Exame historico, em que se refuta a opinião do sr. A. Herculano sobre a batalha de Campo de Ourique, a que elle chama jornada ou correria, e affirma que de um tal facto não existe vestigio algum nos historiadores arabes, offerecido a todos os portuguezes amantes da gloria nacional,* por A. C. P.[2]. Respondeu-lhe H. na *Semana*[3] com um estudo desenvolvido da questão, que vem reproduzido nos *Opusculos*[4]. A segunda é tambem de 1851, e intitula-se: *Confirmação do Exame historico*[5]; nella contesta a argumentação de H., e confirma o que havia dito no *Exame historico.* Por fim, em 1853, H. inserira no prefacio do volume IV da sua *Historia* uma apreciação de Pascual de Gayangos, então professor de arabe na Universidade de Madrid, acêrca da impugnação de A. C. P. Respondeu-lhe este com o *Commentario critico*[6], do mesmo anno de 1853[7].

---

[1] Não foi H. o primeiro que apresentou tal ideia. Em 1828 já Fr. José de Santo Antonio Moura a suggerira, por não achar noticia d'ella num auctor tão minucioso como o do Cartaz. *Historia dos soberanos Mohametanos,* p. 182, nota.

[2] 27 pp. e 2 pp. de texto arabe lithographado.

[3] 1851: pp. 102-104; 115-118; 122-124; 135-137; 146-149.

[4] T. III, 185-234.

[5] 24 paginas.

[6] 104 paginas.

[7] O *Commentario critico* não foi a ultima brochura de A. C. P. acêrca d'esta questão. H. em seguida ao seu apparecimento escreveu algumas linhas no perio-

A questão versou essencialmente sobre se havia ou não historiador ou historiadores que fallassem da batalha. Dizia H., como vimos, que nenhum falla d'ella; replicou-lhe A. C. P. que havia varios. H. não sabia arabé, e elle proprio declarou não entender «os engaços de passa», como elle chamava aos caracteres d'essa lingua, e teve por consequencia de se servir de traducções. As principaes fontes arabicas de que se utilizou foram: a *Historia dos arabes de Hespanha*, traduzida de varios auctores muçulmanos, de Conde; a *Historia dos arabes de Hespanha*, de Almacarí, com traducção, commentario e notas (com extractos de auctores arabes importantes, entres outros Bem Calicám e Benalcatibe) por Pascual de Gayangos, em inglês; a *Historia dos Soberanos mohametanos*, de Açaleh, traducção de Fr. José de Santo Antonio Moura [1]. Eram estes os documentos accessiveis a quem ignorava a lingua arabe, no tempo em que H. escrevia; e do seu tempo para cá as obras que teem apparecido sobre aquelle periodo não teem alterado capitalmente o que então se sabia, isto é, a historia d'aquelle periodo é ainda hoje nas suas linhas geraes o que ella era no seu tempo. As publicações de Dozy, quer em textos arabes, quer em francês, assim como as de distinctos arabistas hespanhoes, não lhe modificaram a feição geral, sobretudo da parte que foi tratada por H. Os auctores de que elle se serviu (excepto Conde) são ainda os melhores, utilizados os seus materiaes intelligentemente.

Pois quer o leitor ler o que A. C. P. escrevia a esse respeito? «Assaleh, ms. errado, suspeito e mal traduzido... Depois Almakkari, Ibnal-Khaleekan, Ibn Alkhatib, tres ms. de que ha apenas ligeiras noticias... Entenda-se pois A. H. com taes auctoridades, que eu não

---

dico *O Portuguez*, castigando a petulancia com que A. C. P. o accusava a elle e a Gayangos de má fé e de mentirosos (*Commentario critico*, pp. 19, 33 e 102), e o ar de troça com que se lhes dirigia. Respondeu-lhe A. C. P. em 1857 (quatro annos depois!) com a seguinte: *Resposta ou Analyse critica ao Communicado de Alexandre Herculano, inserto no periodico «O Portuguez», n.º 193, 1853* (78 pp.). O tom insultuoso d'este folheto faz com que não tenhamos conta d'elle na questão; já não se trata da batalha de Ourique, mas de insultos pessoaes e de accusações gratuitas; assim esta amostra: «Alexandre Herculano (depois do commentario) bateu com o rosto no monturo erguendo apenas a enlameada face para me cuspir injurias». Cf. *Analyse critica*, p. VII. H. tomou-o a serio, e, depois d'este folheto publicado, mandou-o desafiar a duello ou retractar-se, mas nem uma nem outra cousa A. C. P. acceitou! Acêrca da bibliographia da questão da batalha de Ourique veja-se Innocencio, *Diccionario bibliographico*, II, p. 243-245, sob o titulo «Eu e o clero».

[1] O exemplar d'esta traducção existente na bibliotheca da Academia tem o texto arabe ms. á margem, sem duvida da mão de Moura.

as quero, nem d'ellas preciso»[1]. Ora a verdade é que Açaleh, auctor do Cartaz, por quem elle se mostra tão desdenhoso, tem quatro traducções em linguas europeas, e o seu texto arabe duas edições. A traducção de que H. se serviu foi a de Santo Antonio Moura, que sem ser realmente impeccavel, porque deixa ás vezes a desejar, não é uma deturpação do texto; os nomes proprios não são sempre intelligentemente restituidos, ou por ignorancia do traductor, (note-se que a sua traducção é de 1828), ou por insufficiencia dos textos de que usou, mas os acontecimentos lá veem todos, como nas outras traducções e nos textos editados[2].

As traducções do Cartaz são as seguintes: Dombay, 1794–1797, dois volumes em allemão; Fr. José de Santo Antonio Moura, 1828, em português; Tornberg, 1846, em latim; Beaumier, 1860, em francês. As edições do texto arabe são: de Tornberg, 1846, e de Fez (Marrocos) lithographada, de 1887 (1305 da Hegira). Relativamente ao valor do auctor, como auctoridade nesta materia, logo veremos, porque será o proprio A. C. P. que desfará o seu juizo acima exarado.

Almacarí fôra feito conhecer desde 1816 por John Shakespeare, que traduziu varias passagens para a Introducção das *Arabian Antiquities of Spain,* de Murphy; com o titulo *History of the Mahomedan Empire in Spain,* 1816; depois Lagrange, *Anthologie arabe,* 1828; Freytag, *Chrestomathia arabica,* 1834. Serviu tambem a varios auctores como informação historica, como Reinaud, Lembke, etc. Em 1840 (I) e 1843 (II) publicou Gayangos a traducção da parte historica, em dois grossos volumes, em inglês, com o titulo: *The history of the Mohammedan dynasties in Spain.* [Em 1852 publicava Dozy, *Scriptorum arabum loci de Abbadidis,* II, 217–253, varios trechos arabes d'elle; e em 1855–1860 (I) e 1858–1861 (II) editaram o texto arabe, em dois grossisimos volumes, Dozy, Dugat, Krehl e Wright, debaixo do titulo: *Analectes sur l'histoire et la littérature des arabes d'Espagne*].

De Bem Calicám tinham tambem já sido feitas as seguintes publicações: Tydeman, *Conspectus operis Ibn Chalicani de vitis illustrium virorum;* 1809; Wüstenfeld, *Vitae illustrium virorum,* em arabe, fasc. 1–12, 1835–1853; de Slane, *Vies des hommes illustres de l'Islamisme,* em arabe, um só volume, 1838; de Slane, *Biographical dictionary,* traducção inglesa, quatro volumes nos annos seguintes: I, 1842; II, 1843; III, 1.ª parte, 1845; [III, 1865; IV, 1871]; Pij-

[1] *Confirmação do Exame historico,* pp. 18–19.

[2] De Moura diz Tornberg: «Vir de litteris Arabum meritissimus», *Annales Regum Mauritaniae,* p. XI.

nappel, *Vitas ex lexico biographico Ibn-Callicanis,* em arabe e traducção latina, 1845.

De Benalcatibe já em 1820 Conde se servira na parte final da dominação arabe na Peninsula, segundo elle declara (*Historia de la dominacion de los Arabes en España*, p. xv); e Gayangos havia-lhe feito muitas referencias na sua traducção de Almacarí, e varios exemplares existiam nas bibliothecas de Paris e Escurial, e constavam dos respectivos catalogos. [Em 1852 publicou Dozy trechos do mesmo nos *Scriptorum arabum loci de Abbadidis,* II, pp. 156–181, e podem ver-se noticias a seu respeito na mesma obra pp. 169–170. Em 1861 publicou Simonet alguns textos d'elle na *Descripcion del reino de Granada,* e em 1866 M. J. Müller nos *Beiträge der Geschichte der westlichen Araber* [1]].

Em conclusão: Não é pois verdade, em vista do exposto, que d'estes tres mss. apenas havia em 1851 ligeiras noticias? Evidentemente A. C. P. estava como o caracol nos dias de inverno, e nem mesmo fizera o que fez Xavier de Maistre no seu quarto.

III

Os auctores que A. C. P. oppõe aos de H. são os tres seguintes: «Hamed-el-Nabil, Abu-Mohammed-Salihu-Abd-Alihim e Mohammed-Ben-Abi»; e as suas obras respectivamente: *Viagem do embaixador de Marrocos a Filippe III, de Castella, Historia genealogica dos Imperadores musulmanos* e *Noticias dos reis do Occidente e fundação de Fez* [2]. O leitor curioso pergunta sem duvida por que razão A. C. P. acha estes auctores bons e os outros maus, elle que tão desdenhosamente nos apparece contra os do seu adversario? Essa razão não no-la dá elle convincente, ou melhor affirma essa superioridade *ex cathedra.* O grande argumento de A. C. P. é, dirigindo-se ao adversario: «o ms. ou obra onde viu isso está viciado, ou não presta; os meus, que são os bons, ainda que só eu os vi, dizem assim, e isto é que é verdade». Quem ler a *Confirmação do exame historico* e o *Commentario critico* não recebe outra impressão; parece que só elle possue as boas fontes, e se H. ou Pascual de Gayangos se atreve a dizer que certo auctor muçulmano fez tal affirmação,

[1] A parte que vae entre [ ] é posterior á data em que A. C. P. escrevia; mas no *Commentario critico,* que é de 1853, não rectificou nada.

[2] *Exame historico,* pp. 20–21 e 24; *Confirmação,* p. 20.

elle tem logo um sorriso de desdem: «esse auctor não presta», «essa traducção está mal feita». Não ha discussão possivel assim, e é nullo o espirito critico de quem assim argumenta. Seria só falta de critica? Não desejamos negar saber a A. C. P., mas difficilmente se concluirá outra cousa dos factos que vamos apresentar. A. C. P. mostrou-se homem incapaz a todos os respeitos, e não mediu as forças quando se abalançou a criticar H. e Gayangos, ao pé dos quaes não passava de um pobre mestre-escola, pobre de espirito sobretudo. Nunca se viu desnorteamento tão completo!

Vimos já a opinião de H. acêrca da batalha de Ourique, batalha sem importancia e sem consequencias para Portugal, e da qual não havia vestigio em nenhum escriptor muçulmano. Com os tres auctores sobreditos A. C. P. quis demonstrar o contrario. Foi talvez sem razão que H. disse *nenhum,* porque elle só conheceu *alguns*[1], e não era elle o mais competente para fazer affirmação tão absoluta, e quando os estudos acêrca do periodo do dominio muçulmano na Peninsula ainda estavam no principio; mas o facto é que os conhecidos até hoje nada dizem, e a razão disse-a H.: foi uma simples correria em terra de infieis.

A. C. P. tirou de Ahmede Annabil um trecho, onde, dizia elle, se fallava de Affonso Henriques, e da batalha de Ourique, e é o seguinte[2]:

فقال بعض علماء السلف بامر الاندلس ان اكثرها انما فُتح صلحًا
الّا الاقلّ من مواضع معروفة وانه لمّا هُزم لذريق لم يَقِف المسلمون
بعد ذلك الّا اذعنوا الى الصلح وكذلك بقى الروم فيها على ارضهم
واموالهم يبيعون ويباع منهم *

D'este trecho deu A. C. P. duas traducções. A primeira vem no *Exame historico*[3], e diz assim: «E dizem alguns dos sabios precedentes sobre o governo da Andaluzia, que ella muito se engrandeceu: e na verdade conquistou com boa posse muitos dos logares os mais notaveis: e foi isto depois que l'Enrik derrotou os musulmanos; não persistiram estes depois d'isso no paiz, senão quando obravam pacificamente; e por isso ficaram os christãos neste paiz senhores de suas terras, e de suas riquezas».

---

[1] Na nota de p. 436 já diz: «em nenhum historiador por nós conhecido, quer arabe, quer christão».

[2] Damos o texto tal qual vem em Dozy, *Recherches sur l'histoire et la littérature des arabes d'Espagne,* app. I, p. IV. O de A. C. P. tem algumas incorrecções de fórma; não alterâmos pois nada ao sentido. Cf. *Exame historico,* app. C.

[3] *Exame historico,* p. 20.

A segunda, publicada no *Commentario critico*[1], diz assim: «Contam alguns historiadores precedentes na historia da Peninsula, que esta muito se enriquecera; porquanto, ella conquistou (Deus excelso nos dê paz) não menos, do que logares notaveis; e do mesmo modo contam o seguinte: Depois que Henrique desbaratou o inimigo, não permaneceram os mussulmanos depois d'isso na região (paiz), senão quando seguiram o partido pacifico; e por esse motivo ficaram salvos os christãos no paiz, senhores de suas terras, e seus bens».

Pascual de Gayangos no prefacio do volume IV da *Historia* de H. contesta a primeira (a segunda só appareceu depois da contestação de Gayangos e em resposta a ella), e dá a seguinte, segundo o ms. que do mesmo auctor possuia: «Y dijo uno de los ulemas de los pasados tiempos que trató de las cosas de Andalus, que la maior parte de ella se tomó por capitulacion, á no ser unos pocos ó los menos lugares que son bien conocidos. Dice tambien el mismo que quando Ludheriq fué derrotado, no hubo despues lugar alguno ante el cual se presentasen los muslimes que no se entregasen sus habitantes por medio de capitulacion; y esta fué la causa de que los Rum quedasen en posesion de sus tierras y bienes»[2].

Ha entre as duas traducções uma differença capital, e é que uma é a opposta da outra. Gayangos, onde A. C. P. lê primeiro l'Enrique (!), e depois Henrique, lê elle Rodrigo, e os acontecimentos são reportados á conquista muçulmana, isto é, quatro seculos antes do periodo em que os põe A. C. P. O adversario de H., que assim via vir um arabista dar razão ao não arabista contra elle, que o pretendia ser, não se deu por vencido, e no *Commentario critico* disse os nomes feios que lhe vieram á cabeça contra Gayangos; e para provar que sabia arabe tirou uma certidão no lyceu de Lisboa a esse respeito, e deu uma analyse grammatical do texto em questão.

Referindo-se ao texto de Annabil e traducção de Gayangos díz isto: «Eis o documento importantissimo, origem fecunda de todas as provas convincentes, de que me servirei para provar a muita insufficiencia do sr. P. de Gayangos nos conhecimentos da lingua arabe e nas regras mais triviaes da sua grammatica. Eis o corpo de delicto, sobre que farei ver por uma rigorosa analyse, que o sr. P. de Gayangos teve a rarissima habilidade (nesta sua traducção) de viciar e estropear o texto, e de traduzir o que lá não existe»[3].

---

[1] *Commentario critico*, p. 68.
[2] Herculano, *Historia de Portugal*, IV, p. XII.
[3] *Commentario critico*, p. 55.

Mais adeante, negando que no texto acima transcripto se fallasse de Rodrigo, diz: «No texto não existe uma só palavra que indique um tal pensamento, o texto só falla de D. Affonso Henriques»[1].

Quando chega na sua analyse grammatical ao vocabulo que elle traduz por Henrique, e Gayangos por Rodrigo, diz, referindo-se ao texto d'este: «لذريق. A orthographia está errada e deve ser لنريق: 1.º, porque os arabes quando fallam em Rodrigo escrevem لدريق e não لذريق, d'onde se deve colligir que o copista trocou a letra ن por ذ; 2.º, porque então resultaria um miseravel anachronismo attribuindo a D. Rodrigo factos que só pertencem a D. Henrique»[2].

Não acha o leitor extraordinaria esta argumentação? Pois ainda o é mais a revelação que vamos fazer a este respeito. O ms. de Ahmede Annabil, que A. C. P. possuia, diz no texto لدريق, como elle pretendia que seria correcto para significar Rodrigo, e uma correcção á margem de mão differente da do texto[3] diz لنريق, («l'Enrique», segundo elle) como queria A. C. P., e é a correcção que elle faz figurar sempre na discussão.

É inutil fazer commentarios; um tal procedimento é falto de toda a lealdade e uma falsificação da verdade. A orthographia لذريق, dada por Gayangos, que elle dizia errada, é a mais correcta, e em todos os auctores que vimos apparece assim escripto o nome de Rodrigo com ذ[4]. A correcção em لنريق, l'Enrique, não tem fundamento nenhum, porque os historiadores muçulmanos não escrevem assim o nome do nosso primeiro rei. Para elles D. Affonso Henriques é ابن الرنق, ابن الرنك e sobretudo ابن الريق, isto é «filho de Henrique», «Henriques» (D. Affonso[5]).

---

1 *Commentario critico*, p. 61.

2 *Ibid.*, p. 65.

3 Não pudemos averiguar se era letra de A. C. P. pela pressa com que nos permittiram que fizessemos a consulta. É tambem essa a fórma que vem no app. C. do *Exame historico*, porém na respectiva traducção está «l'Enrique», p. 20.

4 لذريق em Dozy, *Recherches*, I, p. IV (appendice); Benalauáhide, *Historia dos Almóhadas*, p. 7; Almacarí, *Analectes*, I, pp. 89, 93 etc. رذريق em Benadarí, II, pp. 9–11; Acbar Majmua, pp. 7–9.

5 ابن الرنق (leitura duvidosa), Benalcatibe, *Historia de Hespanha*, fol. 48 *r.*, ms. de Codera; ابن الرنك, Benalatir, *Chronica perfeita*, XII, p. 37; ابن الريق, Benalauáhide, pp. 203–204; Benalabar, ed. de Dozy, p. 200.

Com respeito á traducção ha a mesma incapacidade; e para que se não diga que ha parcialidade da nossa parte (dirigimo-nos aos não arabistas), vamos dar, não a nossa traducção, mas a de um homem estranho á questão, que a não conheceu, e que é estrangeiro: Dozy[1].

Dozy, o grande arabista, diz: «D'après des savants des temps anciens, qui connaissaient bien la condition de l'Espagne, tout ce pays, à l'exception d'un petit nombre de localités bien connues, fut annexé à l'empire musulman par capitulation; car, après la déroute de Roderic, toutes les villes capitulèrent avec les musulmans. Par conséquent, les chrétiens qui y demeuraient, restèrent en possession de leurs terres et de leurs autres propriétés, et ils conservèrent le droit de les vendre»[2].

Dozy traduziu pois o texto approximadamente como Gayangos, e leu não Henrique, como queria A. C. P., mas Rodrigo. O trecho que A. C. P. interpretou tão infelizmente contém apenas uma pequenissima parte de textos relativos á propriedade territorial em seguida á conquista da Peninsula pelos muçulmanos; não ha nada que antes ou depois se refira a D. Affonso Henriques, e o leitor incredulo não tem senão que ler a traducção da obra por Sauvaire para se convencer d'isso.

---

[1] Na *Revista Peninsular* (1856), II, 60–80; 97–120; 141–161 com o titulo «Contienda-Historico-Politico-Religiosa», publicou o sr. Sinibaldo de Mas um extenso artigo acêrca d'esta questão. A parte que diz mais especialmente respeito a A. C. P. vem de p. 111 em deante, e sobretudo desde p. 145. S. de Mas mandou traduzir este trecho de Annabil por Kasimirski (francês e latim), Caussin de Perceval, dr. Perron e varios outros conhecedores do arabe, e são todas as traducções por consequencia correctas. A. C. P. no appendice á *Analyse critica*, pp. 76–78, diz que não tem culpa de «que esses senhores ignorem o arabe»! Não damos aqui estas traducções, porque houve da parte dos seus auctores conhecimento da questão, e só desejamos dar as dos que a não conheceram.

[2] *Recherches*, I, p. 75 (este artigo é da 2.ª ed., 1859). Este texto é extrahido da relação de uma viagem feita em Hespanha por um embaixador marroquino no tempo de Carlos II. Antes e depois do trecho dado só se falla de questões relativas ás condições dos christãos depois da conquista; e o titulo do artigo de Dozy é: «Textes relatifs à la propriété territoriale après la conquête». Esta obra foi traduzida para francês por H. Sauvaire com o titulo *Voyage en Espagne d'un ambassadeur marocain* (Paris, 1884). Sauvaire só traduziu a relação da viagem; a parte historica, relativa á conquista, deve vir em appendice ao tomo II da *Colección de crónicas arábigas*, da Academia de Historia de Madrid. O texto arabe d'este volume está impresso, mas falta-lhe a traducção; Gayangos, encarregado d'ella, morreu sem a fazer, segundo nos communicou o sr. Codera.

IV

Para melhor corrobar o que temos dito acêrca da pouca seriedade de A. C. P., damos mais dois trechos que accrescem ao que acabamos de dizer. «Por duas vezes», diz elle[1], «li e traduzi na presença do meu mestre, o itinerario de Hamed-An-Nabil[2]... Li então e leio ainda como o dito mouro descreve a batalha de Al-Casar-Quibir, e as dissenções depois da morte do Cardeal Rei; como narra o mesmo escriptor o rompimento da paz entre a França e Hespanha, no tempo de Carlos II; e como elle conta os diversos pareceres sobre os direitos de Filippe V á coroa de Hespanha».

Isto só em parte é verdadeiro. Quando o embaixador marroquino veiu á côrte hespanhola reinava em Hespanha Carlos II. O embaixador, que se mostra muito conhecedor e bem informado do país que visita, depois de fallar das grandezas e etiquetas da côrte de Madrid e de dar a geneologia d'elrei (Carlos II, filho de Filippe IV, filho de Filippe III, filho de Filippe II, filho de Carlos V, filho de Filippe o Formoso), faz uma resenha historica de Hespanha, desde Filippe o Formoso, de Flandres, até o seu tempo[3]. Fallando de Filippe II, diz incidentemente a sua parte na expedição de Alcacer-Quibir e derrota que soffremos[4]: mas ao de leve, como quem só quer atar o fio do discurso. São tudo informações que elle deve ter colhido ou de hespanhoes ou de livros hespanhoes. Refere-se, por exemplo, á revolução de 1640 e á resposta da duquesa de Bragança: «Antes rei uma só noite que duque 50 annos»[5]; mas não falla de dissensões depois da morte do cardeal rei. Não se pode elle, pois, referir a Affonso Henriques visto que a sua resenha não vae alem do seculo XVI e é só feita para dar a conhecer os antecessores proximos do soberano reinante. Mais. É no fim da obra que vem a pretendida descripção da batalha de Ourique, e isso bastaria para pôr de sobreaviso um leitor mais cauteloso do que A. C. P. É a bem dizer um appendice do auctor, que, depois de dizer o que era a Hespanha do seu tempo, quís dizer como ella havia sido conquistada pelos muçulmanos, e vencido Rodrigo.

Ainda sobre Gayangos diz: «Quanto á confusão de Tarik por Tarif, que o sr. Gayangos affirma ser feita pelos modernos, digo-lhe e já

---

[1] *Commentario critico*, p. 53.
[2] Diz Sauvaire que o nome do embaixador é desconhecido, p. 1.
[3] *Voyage en Espagne*, pp. 102-128.
[4] *Ibid.*, pp. 109-112.
[5] Assim no auctor arabe, p. 121.

provei numa Memoria[1], de que acima fiz menção, que a existencia do mouro Tarif é um gravissimo erro, filho da mais crassa ignorancia de tudo quanto é relativo á historia, geographia, costumes e religião dos musulmanos»[2]. Tudo isto é falso. Tanto é verdade que existiram ambos que um deu o nome a Tarifa e o outro a Gibraltár, e todos os auctores muçulmanos fallam d'elles[3].

Referindo-se ao Algarve, e á accepção que lhe é dada nos escriptores muçulmanos, de novo accusa de ignorante Gayangos. É sabido que este vocabulo é hoje um nome proprio de provincia, mas que naquelles escriptores é apenas um nome appellativo, significando *occidente*, e que na Peninsula se applicava á metade occidental d'ella, comprehendendo o territorio que hoje se chama Portugal. Por consequencia para um escriptor arabe Coimbra, Santarem, Lisboa, etc., ficavam no Algarve, e este nome só mais tarde, e porque aquella provincia foi a ultima que permaneceu em poder dos muçulmanos, só mais tarde se localizou alli, e ficou com uma significação restricta. Pois A. C. P. diz que não[4], e collocar Gayangos aquellas cidades no Algarve é commetter um «erro gravissimo».

É inutil insistir mais nestas provas do saber de A. C. P.; estas já chegam para amostra, porque muitas ha ahi mais. O diploma de ignorante que A. C. P. passa a Gayangos, aqui e nos outros trechos citados, cabe-lhe melhor a elle. A. C. P. tinha a competencia que já se viu, e que ha-de ver-se ainda; P. de Gayangos era professor de arabe na Universidade de Madrid havia muitos annos (desde 1843, e foi-o até 1872, anno em que se jubilou), e publicára já muitos trabalhos acêrca da dominação arabe na Peninsula, e sobretudo a traducção de Almacarí em 1840; era mestre nestes estudos, e possuidor de uma riquissima collecção de mss. arabes; elle e Dozy foram os verdadeiros creadores, numa base critica, da historia da edade media da Peninsula, tanto christã, como muçulmana[5]. A lucta era bem desigual; e para vergonha de A. C. P. elle desconheceu essa desigualdade, e

[1] Esta memoria existe effectivamente ms. em posse dos herdeiros.

[2] *Commentario critico*, p. 52.

[3] Até Ahmede Annabil, que elle tanto gaba, p. 9.

[4] *Commentario critico*, p. 95.

[5] Acêrca da producção litteraria e scientifica de Gayangos veja-se a *Revista critica de historia y literatura*, II, n.º 10, 1897; *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, dezembro de 1897, artigos ambos por P. Roca. P. de Gayangos chegou a uma edade muito avançada; morreu ha dois annos atropellado por uma carruagem numa rua de Londres, onde vivia ao serviço do governo inglês na confecção do catalogo dos mss. hespanhoes do Museu Britannico.

não viu outro meio de resolver a questão a seu favor senão chamando mentiroso, ignorante e muitas vezes ignorantissimo a P. de Gayangos. A. C. P. era um espirito fechado á erudição e á critica, ignorava todo o movimento que estes estudos historico-orientaes estavam tomando no seu tempo. Elle apenas cita os seus tres mss., imaginando que fóra d'elles tudo era apocrypho e sem nenhum valor; mas vamos ver que se foi infeliz com o primeiro auctor não o foi menos com os outros dois.

V

Depois de demonstrar, pretendia elle, que não só se fallava em escriptores arabes da batalha, mas que até se dizia o nome do nosso Affonso Henriques, quís apresentar dois outros escriptores em que, se não se fallava neste principe, ao menos se dizia o nome da batalha. Vamos apontar essas provas e argumentação de A. C. P.: ellas são uma prova da sua insensatez. O primeiro dos dois auctores, de que elle se serviu, foi «Abd-Alihim», e o texto, que d'elle extractou, e traducção, são os seguintes[1]:

فيها هزم الامير تاشفين جموع الروم بفحص عطبة وافنا منهم خلقا
كثيرا وجال من سبيها ستة الاف سبية فوصل الى مراكش فتلقاه وافنا
على امير المسلمين فى زبى عظيم وفرح به ❊

«E neste anno 533 (1139), desbaratou o general Taxefin as multidões dos christãos no campo de Attibbat; e fez perecer d'elles um numero extraordinario: e levou de seus prisioneiros seis mil captivos: em consequencia do que partiu para Marrocos, e á sua chegada lhe saiu ao encontro seu pae, o imperador dos musulmanos, que ficou em profundo desgosto, e cheio de grande susto»[2].

No *Commentario critico*[3] dá novamente A. C. P. a parte final d'este trecho, mas com algumas modificações, que provam que o seu ms. dizia o que se queria e mais convinha.

وفى سنة ثلاثة وثلاثين وخمساية وصل الى مراكش فتلقاه والده على
امير المسلمين فى زبى عظيم وفرّح به وفيها اخذ امير المسلمن البيعة
لولده تاشفين ❊

---

[1] *Exame historico*, app. D.

[2] *Ibid.*, pp. 21-22. No texto arabe não se diz o anno, mas A. C. P. interpolou-o na traducção.

[3] P. 83.

«E no anno 537[1] (1139) partiu (Taxefin, o filho) para a cidade de Marrocos: saiu-lhe ao encontro seu pae Aly imperador dos musulmanos com grande infortunio: pelo que ficou esmorecido e timido. E no mesmo anno elle (pae) entregou as redeas do governo a seu filho Taxefin»[2].

Ninguem dirá que aqui se falla da batalha de Ourique; pois pretendeu que sim A. C. P., e de uma maneira que, se não conduz á verdade, deixa ver um espirito muito ingenhoso. Gayangos já corrigira o «Attibat» em Atia; é assim que se lê em todos os textos e traducções do Cartaz; A. C. P. leu a palavra com ب em vez de ي, o que é realmente de confusão facil, mas transcreveu sem razão a terminação femenina ة. Attibat significa «destruição total», segundo elle, e por isso conclue elle que a batalha foi sangrenta e de terriveis consequencias para os muçulmanos, o golpe fatal vibrado ao seu dominio na Peninsula, diz A. C. P.

O leitor dirá sem duvida que Attibat não é Ourique. Effectivamente os escriptores muçulmanos não usam do vocabulo Ourique, mas isso comprehende-se, diz elle. Ourique não é, como disse H., fiado em Santo Antonio Moura[3], um nome proprio de logar, é outra cousa. «Orik não significa nome proprio de logar nem de castello, é um nome substantivo appellativo dado por antonomasia áquelle campo só depois de uma tão desesperada batalha campal. Significa adversidade ou infortunio... Poz-lhe o vulgo arabe este nome por antonomasia; o seu nome é nos historiadores «campo de Attibat» que quer dizer «campo de destruição»; outro lhe chama «campo de Sabbabt» que quer dizer «campo do muito sangue derramado»[4].

Isto são affirmações absolutamente gratuitas, nada auctorizou A. C. P. a fazê-las. Precisava provar-nos com documentos que tinha havido essa substituição. Ella é improvavel, porque se não comprehende que dessem a um logar um nome que é um substantivo abstracto. São tudo hypotheses, invenções puras da cabêça de A. C. P., que nem ao menos teem caracter de verosimilhança, e as significações dadas a Attibat e Orik são meras phantasias de um professor de Rhetorica. Devemos dizer, em abono da verdade, que a origem etymologica de Ourique, dada por Moura como arabe, e acceita por H., não repousa sobre melhor fundamento. Não é que o não possa ser;

---

[1] No texto arabe diz-se: 533.

[2] *Commentario critico*, p. 83.

[3] *Vestigios da lingua arabica em Portugal*, 2.ª ed., p. 171.

[4] *Exame historico*, pp. 12-13.

é porque não conhecemos nenhum documento que o auctorize, e toda a prudencia é pouca nesta ordem de investigações, e porque não são umas simples apparencias que nos devem illudir.

Mas esta batalha, como acima vem narrada, não é uma victoria para os portugueses, e sim para os muçulmanos. Como póde ella, pois, servir de argumento contra H.? Da maneira seguinte. «Os portugueses avaliam as suas victorias, não pelos rios de sangue com que regam os campos de Marte pela independencia nacional, mas sim pelo numero dos elos que despedaçam na vergonhosa cadeia do jugo estrangeiro: este é o conceito, que d'elles fez o por nós já citado Hamed-el-Nabil no seu *Itinerario,* como ha pouco se leu. Fique, pois, muito embora pertencendo aos musulmanos a gloria de terem feito perecer nesse tal campo da total destruição um numero quasi infinito de portuguezes, que estes se contentam, e se dão por mui satisfeitos com o profundo desgosto, e grande susto, em que ficou Aly-Ben-Taxefin com a noticia de uma tal victoria, alcançada por seu filho, como o affirmam os mesmos historiadores seus»[1].

«Deve tambem notar-se, que assim como traduzimos — desbaratou o general Taxefin as multidões de christãos — tambem sem quebra da analyse, e regras grammaticaes, podiamos traduzir — as multidões dos christãos desbarataram o general Taxefin — como podem ver os entendedores da lingua: não o fizemos, porque preferimos a ordem recta á elegante, de que elles muito usam; e não ser isso necessario ao que nos propozemos, pelo que ainda nos resta de observações sobre a mesma narração»[2]. Vae sem commentario o que precede; uma lingua que pode com a mesma expressão significar o sim ou o não, conforme assim é «necessario» ou não, é uma lingua bem commoda e um magnifico instrumento de critica. Fica, pois, assente que os muçulmanos foram victoriosos nesta batalha, mas é porque assim o quer A. C. P., e facil lhe seria dá-la aos portugueses: se todas as batalhas assim se vencessem!

VI

«O terceiro escriptor, diz A. C. P., com que terminamos as nossas provas é Mohammed-ben-Abi na sua *Historia,* cap. XXVIII, p. 5, onde diz o mesmo, e pelas mesmas palavras que o Abd-Alihim, só com dois vocabulos diversos: o primeiro é *nassára,* que mais particularmente

---

[1] *Exame historico,* p. 24.
[2] *Ibid.,* p. 22.

do que *rumi* significa —christãos—; o segundo é *Sabbat,* epitheto que dá ao campo de batalha, e por isso diz elle—no campo de muito sangue derramado»[1].

P. de Gayangos respondeu-lhe que não admirava que os dois escriptores dissessem a mesma cousa pelas mesmas palavras, porque eram dois nomes e uma só pessoa verdadeira, e as duas obras uma só e bem conhecida pelo nome de Cartaz.

A. C. P. naturalmente contestou a affirmação de Gayangos. A obra de que este se serviu, o que Tornberg publicara e traduzira, era, dizia elle, «o pequeno e viciadissimo Cartaz», o qual «não merece nenhum credito[2]». «O terceiro ms. é o verdadeiro e genuino Cartaz que o Gayangos viu e teve em suas mãos quando fez a honra de visitar-me. O seu titulo é *Historia genealogica dos Imperadores no Occidente e da fundação da cidade de Fez*»[3].

O texto arabe d'este auctor é o seguinte[4]:

فيها هزم الامير تاسفين جموع النصارى بفحص الصبابة

A sua traducção é assim: «Neste (anno) o emir Texufim desbaratou uma multidão de christãos no campo de Açababa». Diz A. C. P. que a unica differença entre os dois textos é a de duas palavras, como vimos na p. 19, mas bem vê o leitor que a narração do terceiro qual vem no appendice é muito mais curta, e que os sitios onde se travou a batalha teem nomes differentes.

A affirmação de Gayangos não offerece comtudo duvida nenhuma, e para o comprovar daremos o que no Cartaz de Tornberg se diz d'estes acontecimentos[5].

وفي سنة عشرين وخمس مائة هزم الامير تاشفين النصارى بفحص
الصباب وقتلهم قتالا ذريعا وفتح ثلاثين حصنا من حصون بلاد المغرب
وكتب بالفتح الى ابيه * وفي سنة ثمان وعشرين غزا الامير تاشفين
بن على قنطرة محمود فدخلها بالسيف * وفي سنة ثلاثين وخمس مائة
فيها هزم الامير تشفين جموع الروم بفحص عطية وافنا منهم خلقا كثيرا *
وفي سنة احدى وثلاثين دخل الامير تاشفين مدينة كركر بالسيف فلم

[1] *Exame historico,* p. 24.
[2] *Commentario critico,* p. 74.
[3] *Ibid.,* p. 73.
[4] *Exame historico,* app. E.
[5] *Annales Regum Mauritaniae,* p. 10, v.

يحيى بها بشرا * وفى سنة اثنتين وثلاثين وخمس مائة جاز الامير تاشفين من الاندلس الى العدوة بعد ان غزا مدنية اشكونية وحمل من سبيها الى العدوة ستة الاف سبية وفتحها عنوة فوصل الى مراكش فتلقاه والده امير المسلمين على فى زى عظيم وفرح به * وفى سنة ثلاث وثلاثين اخذ امير المسلمين البيعة لولده تاشفين *

«Anno 520 Taschfîn Emirus christianos, in Fahs-el-Sebâh fugatos, magna clade affecit. Praeterea triginta hujus regionis arces expugnavit, et de victoria litteras ad patrem dedit. — Anno 528 idem Qantaram-Mahmûd (pontem Mahmûdi) aggressus vi cepit. Anno 530 (coepit die 10 Oct. 1135) magnum christianorum numerum in Fahs-Atîja fugavit et multus eorum occidit. Anno 531 (coepit die 28 Sept. 1137) idem Taschfîn Emirus, postquam urbem Aschkunijjam expugnaverat, cum 6000 ejus captivorum ex Hispania in Mauritaniam transiit. Murrekoscham profectus ab Alio fidelium imperatore patre cum pompa eximia et summo gaudio exceptus est. Anno 533 (coepit die 7 sept. 1138) fidelium imperator sacramentum fidei Taschfîm filio adjurandum curavit»[1].

Os dois trechos supracitados estão neste Cartaz, e A. C. P., talvez na melhor boa fé, apresentou como de dois auctores trechos do mesmo, e como correspondendo ao mesmo facto historico, isto é, duas batalhas em annos differentes (520 e 530 de H.) são dadas como uma mesma no mesmo anno, e os acontecimentos do anno de 532 são incluidos nos de 520 e 530, e considerados simples consequencias d'elles! Queremos crer que A. C. P. não procurou lograr, mas é extraordinario que não reparasse que os dois acontecimentos vinham em ambos os auctores separados apenas por algumas linhas! Ha mais. Nós vimos os dois mss. de que se trata, e comparámo-los com a edição de Tornberg, e achámos que eram todos tres a mesma obra!

Quer agora o leitor saber porque é que A. C. P. chama ao terceiro ms. o grande Cartaz, e tanto desdenha do Cartaz de Gayangos, Tornberg e outros? O volume que com o titulo de «Historia genealogica» possuia A. C. P. contém tres mss. encadernados juntamente, e esses mss. são os seguintes. O primeiro é: كتاب الانيس المطرب روض القرطاس فى اخبار ملوك المغرب وتاريخ مدنية فاس que é.

[1] *Annales Regum Mauritaniae*, p. 145.

exactamente o titulo do ms. publicado por Tornberg; o segundo: روضة النسرين que é uma continuação em resumo do anterior, e do qual possuimos uma copia feita sobre o ms. da Bibliotheca nacional de Paris; o terceiro: كتاب اخبار العصر في اقتضاء دولة بني نصر, uma continuação, tambem em resumo, da anterior, que vae, segundo uma nota marginal, até 1490 da nossa era.

O outro ms., que A. C. P. julgava differente do anterior, não tem como elle o titulo no frontispicio, mas é evidentemente o Cartaz, como vimos e confrontámos. Depois do بسم الله continúa قال الفقيد الحرث mas dá adeante o titulo ابو محمد صالح بن عبر الحليم رضى الله عنه do Cartaz, e começa a doxologia الحمد لله como o outro. No fim tem um outro ms. que trata de cousas theologicas, dividido em quatro partes. Os titulos, em portuguès, como veem nos frontipicios, são respectivamente: «Historia genealogica dos Imperadores musulmanos por Abu Mohamed Salihu Ben Abd-Alihim» e «Reis do Occidente e fundação de Fez». O primeiro ms. é egual ao de «Salihu» e a todos os Cartazes conhecidos; mas, como tinha os outro dois, que são uma continuação das dynastias marroquinas (porém de outros auctores), A. C. P. concluiu do volume que o seu era o grande Cartaz, e que havia por consequencia duas especies de Cartazes! Pode haver maior falta de critica[1]?

VII

Terminam aqui as considerações que nos propunhamos fazer sobre os mss. que vimos; como porém ha affirmações connexas com estas, em que A. C. P. nos não parece ter razão, e que por outro lado veem devidamente discutidas corroborar as impugnações que fizemos, vamos ainda occupar-nos d'ellas. São as que fez acêrca do estado do dominio muçulmanos na Peninsula em 1139, e as difficuldades que á dynastia reinante se levantaram em Africa.

---

[1] Notemos tambem que A. C. P. confunde os dois mss. das provas, porque no principio d'elle dá-se um titulo a cada um, e nas provas esses titulos não correspondem perfeitamente. O grande Cartaz é *Historia genealogica dos Imperadores musulmanos;* o outro é *Reis do Occidente e fundação de Fez!* Digamos que estes titulos não correspondem tambem aos que teem em arabe, porque ambos os mss. dizem assim: «O agradavel e divertido cartaz, o qual trata dos soberanos da Mauritania e fundação da cidade de Fez» (Santo Antonio Moura).

H. explicou a pouca importancia que a batalha de Ourique teve nos destinos das duas raças com estas difficuldades. A dynastia que então senhoreava a Peninsula e Marrocos era a dos Almorávidas; porém desde 1128 surgira no Atlas entre os seus montanheses uma seita religiosa que, prègando uma regeneração da fé, enfraquecida com as prosperidades politicas dos Almorávidas, se abalançava pouco a pouco ao dominio politico do senhorio d'aquelles. O incremento da insurreição foi sendo tal que, cêrca do anno de 1139, Alí, o soberano dos Almorávidas, então occupado em Marrocos a combatê-la, chamou da Peninsula Texufim, que a governava em seu nome, com todos os reforços que pudesse.

Isto disse H., e é o que confirmam todos os monumentos que d'aquelle periodo possuimos[1]. Pois A. C. P. veiu affirmar o contrario, fundado nas obras que vimos serem absolutamente as mesmas que as consultadas por H., só com a differença que um só viu a traducção e o outro o texto arabe. Se A. C. P. conseguisse demonstrar que naquelle anno ou antes não houvera perturbação politica ou religiosa no imperio almorávida, era possivel a concentração de forças de que fallam os partidarios d'esta famosa batalha; a verdade nua e crua é que os almorávidas estavam esgotados, e a braços com uma insurreição religiosa que os conseguiu vencer. Elle affirma que o Mahdí só se levantou no reinado de Texufim e veiu a tomar incremento no de seu filho Ibrahim.

Isto é uma falseação completa do Cartaz, onde elle bebeu esses argumentos, pois lá só se affirma o que affirma H., isto é, a insurreição levantou-se no reinado de Alí (todos os auctores são concordes nisso), chegou ao paroxismo com Texufim, por elles vencido; e Ibrahim teve um reinado ephemero, e foi assassinado na cidade de Marrocos. Deturpando o Cartaz A. C. P. dá-nos um trecho arabe (que já démos com a sua traducção anteriormente a p. 17) que parece na sua traducção dar-lhe razão. Este texto, assim traduzido num português que mal se entende, é apresentado por A. C. P., como a prova do grande desastre soffrido por Texufim em Ourique, que viera, diz elle[2] em 538[3]

---

[1] Veja-se por exemplo o ultimo e mais minucioso estudo sobre este periodo. Codera, *Decadencia y desaparición de los Almoravides en España,* Saragoça 1899.

[2] *Commentario critico,* p. 82.

[3] O texto arabe diz 533, a traducção 537 e agora diz 538! D'estes annos só o de 533 corresponde a 1139, como já vimos! 25 de julho de 1139, anno e dia da batalha de Ourique, segundo os monumentos coevos, corresponde exactamente ao dia 26 de dulcada (penultimo mês do anno muçulmano) de 533. Lacoine, *Tables de concordance.*

á Peninsula a defender os dominios de seu pae do ataque imminente dos christãos, e voltou desbaratado a Marrocos em 1139. São tudo affirmações gratuitas de A. C. P.; nem o Cartaz, nem qualquer outro auctor conhecido, diz nada a esse respeito. O trecho dado por A. C. P. vem no Cartaz, mas não completamente como elle o deu, e a sua traducção, como vimos, é muito differente da sua. Todas as traducções do Cartaz são concordes neste ponto[1]; e combinado este trecho com o que se diz anteriormente no mesmo auctor vê-se quão falsa é a argumentação de A. C. P. Texufim foi um capitão distincto e feliz nas guerras que teve a sustentar na Peninsula, e a sua estrella só começou a declinar no dia em que passou o Estreito nas luctas com os Almóhadas.

Agora vê o leitor se tinhamos ou não razão em condemnar A. C. P. por ter intervindo numa questão, em que elle devia dar tão fracas provas do seu saber, e de tão pouco espirito critico. Não cremos ter sido injusto na nossa apreciação; os factos apresentados fallam por nós, e justificam-nos plenamente. Não queremos negar algum saber nelle[2]; queremos só mostrar que, na questão com H., não deu provas d'isso. Se errou por ignorancia, esse saber não podia deixar de ser nullo; se errou propositadamente, commetteu uma deslealdade imperdoavel. A par d'isso o saber e a critica de H. são de uma correcção inexcedivel.

APPENDICE

A producção litteraria de A. C. P. anterior a esta questão (posterior não a teve, segundo cremos) é quasi nulla, e nada prova a favor da sua competencia em arabe. Essas producções publicadas nas *Actas* da Academia são as seguintes: «Noticia biographica de Fr. Manuel Rebello da Silva», *Actas*, 1849, n.º VI, pp. 323–331; «Breves advertencias sobre os tratamentos e titulos entre os Arabes», *Actas*, 1849,

---

[1] «No anno 532 (1137) passou o principe Texufim da Hespanha para a Mauritania, depois de ter combatido, e tomado de assalto a cidade de Segovia, levando comsigo seis mil captivos, e tendo chegado a Marrocos, veiu seu pai encontrá-lo com grande pompa, e se alegrou com elle, e o fez acclamar no anno seguinte». Cf. Moura, *Historia dos soberanos mahometanos*, p. 182.

[2] Cf. o APPENDICE, que vae junto, acêrca da sua producção litteraria.

n.º vi, pp. 335–337; «Resumo historico sobre o estabelecimento da cadeira de lingua arabe em Portugal», *Actas*, 1849, n.º vii, pp. 348–358[1]; «Juizo critico sobre o extracto da Historia da dynastia dos Beni-Haffs, por Abdallah Mohammed, traduzido por Mr. Alphonse Rousseau, no *Jornal Asiatico*, de Paris, 4.ª serie, t. vi, n.º 64, de abril-maio de 1849», *Actas*, 1849, n.º viii, pp. 410–418; 1850, n.º i (t. ii), pp. 5–13.

Diz A. C. P. neste ultimo estudo que a dynastia hafécida «é uma pura invenção de Alphonse Rousseau, sem fundamento algum que o auctorise»; e conclue que o ms. por elle publicado e traduzido «não merece credito algum na Republica litteraria». O pobre do A. C. P. confundiu a dynastia que depois dos Almóhadas reinou em Marrocos, a dos Merínidas, com a que depois d'elles reinou em Tunis com aquelle nome! E admitiam-se taes dislates nas *Actas* da Academia das Sciencias de Lisboa![2]

---

[1] *Actas*, 1849, n.º i, sessão de 8 de março: A. C. P. offereceu á Academia uma collecção de cartas arabes (7) para servirem de continuação aos *Documentos arabicos*, de João de Sousa; tratam das relações entre as côrtes de Portugal e Marrocos desde o reinado de D. Maria I até o seu tempo. Eram acompanhadas da sua traducção por A. C. P. e uma d'essas é dada nas pp. 14–15. Não vimos estas cartas, e não sabemos ao certo se as traducções são de A. C. P.; parecem comtudo sê-lo, e terem servido de titulo de canditatura á mesma, por nos apparecer eleito socio em 25 de julho do mesmo anno.

[2] Não sabemos o que havemos de admirar mais, se a ignorancia de A. C. P., se o seu atrevimento. O orientalismo francês estava no seu periodo aureo, e o *Jornal Asiatico* era o seu orgão. Viviam então, e collaboravam nelle, os homens mais competentes em cousas arabes, como Reinaud, Quatremère, Defrémery, Kazimirski, Mohl, Munk, Dugat, Derenbourg, Cherbonneau, P.e Bargès, etc., alguns d'elles verdadeiras summidades nestes estudos. Pois estes homens deixaram passar sem protesto, e os da direcção permittiram, a publicação de taes textos forjados por Alphonse Rousseau!

O extracto de Rousseau é tirado de uma obra, cujo auctor é conhecido pelo nome de Azarcaxí, e se intitula: *Historia dos Almóhadas e dos Hafécidas*, que foi posteriormente publicada em Tunis, em 1871, em arabe. Os tunesinos não a acharam «uma pura invenção», e comtudo estava escripta na sua lingua! A pseudo-critica de A. C. P. é tanto mais condemnavel que Rousseau diz o que apurou do seu auctor, como houve o seu ms., e quaes os conhecidos. *Journal Asiatique*, abril-maio, 1894, pp. 269–315. No mesmo publicára em 1848, setembro, pp. 237–258, Cherbonneau um artigo sobre a mesma dynastia. A. C. P. não o teria visto?

Acêrca d'esta dynastia podem consultar-se entre outros os seguintes trabalhos, alem dos referidos: Bem Caldúm, *Histoire des Berbères*, (trad. de Slane), fim do vol. ii, e principio do iii, até p. 124; Pellissier e Rémusat, *Histoire de l'Afrique* (t. vii, da *Exploration scientifique de l'Algérie*), pp. 161–304; Mercier, *Histoire de l'Afrique Septentrionale*, ii, 171–378; 390–404.

Inéditas ficaram as seguintes, que já poderiam provar (algumas) a sua competencia se tivessem sido publicadas: *Arabicorum Scriptorum Selecta Opera*, em dois volumes. Segundo a *Acta* da Academia, 1849, n.º II, p. 45, o volume II ms. fôra offerecido á Academia, por mão de Freire de Carvalho, ao tempo em que o volume I se achava já a imprimir na Imprensa Nacional, o qual offerecera igualmente áquella associação. Assentou-se que se procurasse haver da Imprensa Nacional o referido volume I, e foi entregue o volume II ao director da classe de sciencias moraes e bellas letras para o fazer examinar.

Parece que este volume I nunca chegou a imprimir-se, porque o não encontrámos em nenhuma bibliotheca publica, nem consta dos registos das obras entradas na Imprensa, segundo as buscas que lá mandámos fazer por pessoa competente[1].

O volume II, texto arabe e traducção latina, existe em poder dos herdeiros, e o seu titulo é: *Historia Muslimorum ex Muhammede primo imperii et Religionis Muslimicae auctore usque ad imperium atabacaei a Georgio Elmacino filio Abuljaseri Elamiudi filii Abulmacarem filii Abultibi.*

Foi com grandissimo interesse que haviamos procurado vestigios d'esta selecta, antes de sabermos da existencia e do paradeiro dos mss. de A. C. P. Conhecendo só as suas affirmações, e julgando que elle poderia ter mss. desconhecidos na Europa, imaginavamos que o seu auctor daria nella de preferencia trechos ineditos e acêrca do dominio muçulmano na Peninsula. Foi grande a nossa decepção ao saber o conteudo do volume II, e tivemos pena das canceiras na sua procura; elle apenas contém um texto estranho a esse dominio, já publicado e traduzido por Erpenio em 1625, a historia dos muçulmanos de Almacino, cujo titulo é assim: تاريخ المسلمين. *Historia Saracenica, qua res gestae muslimorum, inde a Muhammede primo Imperii et religionis Muslimicae auctore, usque ad initium Imperii Atabacaei...*

Os outros trabalhos ineditos de A. C. P. são os seguintes: *Memoria sobre as primeiras Invasões dos Arabes na Hispanha. Em que*

[1] Não sabemos como conciliar este facto com esta affirmação. A. C. P., quando se tratou do provimento da cadeira de arabe do lyceu em 1860, apresentou, entre outros titulos de competencia na materia, este: «o de ser auctor das selectas arabes, obra unica entre nós, impressa á custa da fazenda publica». Cf. *Nação* de 15 de novembro de 1860, n.º 3894. A titulo de curiosidade damos a opinião do possuidor e herdeiro d'estes mss.: e é que o ms. fôra surripiado por D. Fernando para ser agradavel a Herculano.

se destroe a ridicula Fabula da Cava, e se refuta a opinião, de qu Tarif era capitão Mouro, e fôra commandante da primeira Invasão. Já nos referimos a ella na p. 16, e vimos o que tinhamos de pensar da sua pretendida refutação.

Ha uma outra Memoria, que não vimos nem sabemos se existe, mas da qual falla Filippe Simões, citando as proprias palavras de A. C. P.: «Em uma especie de Manifesto que tenho escripto na lingoa latina para ser remettido ás principaes Academias da Europa, quando houver occasião opportuna, onde alem de outras interpreto algumas das Inscripções em caracteres Greco-Barbaro-Syriacos que circundam a Sé velha de Coimbra, e a em caracteres Arabicos-Cuficos-Mixtos» [1].

Por ultimo A. C. P. compôs a seguinte: *Memoria em que se prova que a inscripção achada em volta da Cruz de S. Thomé nada significa*, lida nas sessões de: 12 de junho de 1850 (*Actas*, IV, p. 130, t. II); 10 de julho de 1850 (*Actas*, p. 159); 24 de julho de 1850 (*Actas*, p. 168); 30 de outubro de 1850 (*Actas*, p. 212); 13 de novembro (*Actas*, p. 244). Não vem publicada nas *Actas*, nem nas *Memorias* da Academia, nem sabemos se existe em posse dos herdeiros. A these de A. C. P. é falsa; esta inscripção foi decifrada ha annos por Haug e Burnell [2].

*

Acabaremos estas informações bibliographicas acêrca de A. C. P. com algumas sobre a sua vida. Foi alumno de Fr. Manuel Rebello da Silva, e por este dado prompto com a nota de «muita aptidão e estudo» [3], depois de um estudo de 9 annos e 4 meses. Devia succe-

---

[1] F. Simões, *Reliquias da Architectura romano-byzantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra*, 1870, p. 16, nota. A este respeito F. Simões recorreu a Gayangos, «havendo, como todos sabem, razões para duvidar da competencia do traductor...» (A. C. P.).

[2] Cf. para essas traducções a nossa *Historia dos Portugueses no Malabar*, p. LXXII, nota.

De A. C. P. disse ha poucos annos um academico nosso que «tinha proficiencia», era «insigne arabista», e provou-o citando as brochuras de que fallámos precedentemente. Em vista do que antecede é isso uma affirmação gratuita; a personalidade de H. foi a unica razão por que A. C. P. saiu da obscuridade. Cf. *Novidades*, de 9 de outubro de 1895, n.º 3533.

Pouco tempo antes (em 1889) Borges de Figueiredo disse d'elle: «Nem faço tambem allusão ao supposto texto arabe apresentado por A. C. P. pois é sabido que foi apenas uma miseravel impostura indigna de um homem de letras». *Revista Archeologica*, III, p. 68.

[3] *Actas da Academia*, 1849, n.º VII, 359.

der-lhe na cadeira de arabe (desde 1844 no lyceu de Lisboa), segundo os diplomas organicos d'ella: mas adoeceu Fr. M. R. da Silva em 1845, e morreu por fim em 1849, e A. C. P. nunca foi provido nella. Foi comtudo encarregado da sua regencia durante alguns annos, como se vê dos documentos que citâmos a seguir.

No relatorio de 30 de novembro de 1852 dizia o Conselho superior de instrucção publica: «No lyceu de Lisboa acha-se vaga a cadeira de lingua arabe, cujo provimento é recommendado pelo reitor d'elle, como muito urgente»[1]. Em 1861 a Direcção geral de instrucção publica, por occasião do conflicto entre elle e o sr. Soromenho, declarava que elle não só fôra proposto para a propriedade d'essa cadeira pelo extincto Conselho, mas que effectivamente regera desde 1852–58. Nas buscas a que procedemos no lyceu central só encontrámos estas referencias: mandando abonar a A. C. P. quatro meses de gratificação, de julho a outubro, pela regencia do arabe[2]; na acta da sessão de 26 de outubro de 1854 diz-se que A. C. P. fôra encarregado da regencia da lingua arabe nos dois annos anteriores, e pedia, por ter um só alumno, para reger em sua casa, o que foi concedido[3]. Este documento está pois de accordo com o que declarava a Direcção de instrucção publica, e A. C. P. deve ter começado a regencia d'essa cadeira no anno de 1852. Quando em 1860 se abriu concurso para esta cadeira, A. C. P. apresentou entre outros o seguinte documento: «certidão da secretaria do lyceu de haver exercido magisterio na lingua arabe no mesmo lyceu como professor interino d'ella por mais de 5 annos, recebendo as respectivas gratificações prescriptas por lei»[4]. Quer dizer, A. C. P. regeu até 1857, data em que se jubilou, a 16 de dezembro, na cadeira de que era proprietario, isto é, Oratoria e Poetica; mas a ultima referencia que achámos acêrca d'elle no lyceu foi para o anno de 1855[5]; isso não impede que tivesse continuado nessas funcções até á sua jubilação.

Dois annos depois, por influencia de H., foi mandado a Madrid o sr. Augusto Soromenho estudar arabe em commissão da Academia das Sciencias; e frequentou a aula de Gayangos no anno lectivo de 1859–1860, fazendo exame no fim do primeiro anno, de que ficou

---

[1] José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos scientificos de Portugal*, VIII, 81. Acêrca da lingua arabe em Portugal veja-se o mesmo tomo, 54–61, e XI, 254–258.

[2] *Registo* da correspondencia entrada, fol. 22 *v.*, 1853.

[3] Livro I das *Actas*, fol. 145 *v.*

[4] *Nação*, 15 de novembro de 1860, n.º 3894.

[5] *Registo* da correspondencia entrada, fol. 30 *v.*

approvado com a nota de sufficiente[1]. Em 1860, a requerimento de A. S. abriu-se concurso documental[2] para a cadeira de arabe que estava vaga desde a morte de Fr. Manuel Rebello da Silva. A este concurso apresentaram-se dois concorrentes: A. C. P. e A. S., e como o primeiro já estava jubilado, ou porque o segundo tivesse melhores padrinhos[3], foi este o preferido. Como se julgasse injustamente preterido A. C. P. matriculou-se na aula de A. S., e taes provocações lhe fez, segundo parece, que elle houve por bem não voltar mais á sua cadeira, em que havia sido provido em 5 de dezembro de 1860, e de que tomara posse no dia 6 do mesmo mês[4]. O Reitor participou á Direcção de instrucção publica este abandono da cadeira, e as razões que A. S. dava para tal, isto é, que havendo um unico alumno, o professor jubilado A. C. P., que requerera matricula no segundo anno, elle não sabia se o devia admittir nesse anno. Por portaria de 19 de fevereiro de 1861[5] foi A. C. P. admittido como requereu «pelas suas especiaes habilitações». Surgiu d'aqui um conflicto entre A. S. e o reitor, vindo a questão á imprensa, onde o primeiro insultou o segundo, accusando-o de parcialidade para com A. C. P.[6]; e por causa d'isso foi A. S. reprehendido em conselho pleno de professores por ordem superior. A. S. nunca voltou á regencia da sua cadeira, indo depois para a cadeira de Historia no Curso Superior de Letras; e por decreto de 18 de dezembro de 1869 a cadeira foi supprimida «pela inteira falta de frequencia d'ella desde largos annos»[7].

Assim acabou o ensino do arabe em Portugal! A cadeira fôra criada em 1795 para João de Sousa no convento de Jesus[8].

---

1 *Nação*, 8 de janeiro de 1861, n.º 3936. São informações dadas pelo proprio Augusto Soromenho.

2 Isto diz Ribeiro, mas no *Diario do Governo*, de 15 de fevereiro de 1859 abriu-se concurso por provas para a cadeira de arabe, e dá-se nelle o programma para os exames de grammatica e lingua arabica. Provavelmente não appareceu nenhum concorrente, e nesse entretanto foi mandado Soromenho a Madrid.

3 *Nação*, 15 de novembro de 1860.

4 *Registo* dos autos de posse, do lyceu de Lisboa. O pouco saber de Augusto Soromenho (estudara apenas um anno em Madrid), e o facto de ter sido commissionado pela Academia por influencia de H., e de ter estudado com Gayangos, devem explicar o conflicto entre professor e alumno e o rancor de A. C. P.

5 *Diario do Governo*, 23 de fevereiro de 1861.

6 *Nação*, n.º 3936.

7 Silvestre Ribeiro, *ob. cit.*, VIII, 81.

8 A. C. P. falleceu em 12 de fevereiro de 1867. Cf. acêrca do mesmo, Innocencio, *Diccionario bibliographico*, I, 100-101; VIII, 107.